

# TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

## OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

PAe N. 0000409-09.2024.4.01.8006

### OBJETO:

Contratação de pessoa jurídica para execução de reforma para adequação da acessibilidade no Edifício Gama Dias da Justiça Federal de Goiás, em Goiânia.

# DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

## 1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

### 1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui **SERVIÇO DE ENGENHARIA**, sob a seguinte justificativa:

As tarefas envolvidas para a execução de reforma para adequação da acessibilidade no Edifício Gama Dias da Justiça Federal de Goiás, em Goiânia, objeto do presente processo, necessitam de participação e acompanhamento de profissional legalmente habilitado, conforme disposto na Lei Federal nº 5.194/1966.

Isso posto, infere-se que a atividade poderá desempenhada por arquiteto, engenheiro ou técnico especializado que importará em utilidade para a Administração, mas não constituirá obra, ou seja, não importará em inovação ou alteração substancial do ambiente ou bem imóvel.

### 1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é **COMUM**, sob a seguinte justificativa:

Trata-se de um serviço de engenharia que tem por objeto - ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

Por fim, a execução de reforma para adequação da acessibilidade no Edifício Gama Dias da Justiça Federal de Goiás, em Goiânia, são destituídos de qualquer tecnologia avançada, com exceção daquelas já amplamente conhecidas pelas empresas e técnicos da área no mercado de trabalho. Ademais, os serviços podem ser aferidos pelos custos referenciais (SINAPI) – exigidos pela legislação – ou por custos mais habituais existentes no mercado.

## 2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a justificativa abaixo:

### Empreitada por Preço Global

Esse regime será adotado em função de um alto nível de precisão das especificações e quantitativos do objeto e a execução dele se dará por preço certo e total.

O regime proposto se dá pela existência de documentos técnicos de boa qualidade, que fornecerão aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna, o que evitará distorções relevantes no decorrer da execução contratual, em prejuízo seja da Administração, seja da Contratada.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global**, o Projeto Básico DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos a presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no Quadro abaixo identificado:

RISCO	DEFINIÇÃO	RESPONSABILIDADE
Erros nos quantitativos dos serviços da planilha orçamentária	Subestimativas superiores a 10%	Contratante
	Superestimativas superiores a 10%	Contratada
Alteração nos quantitativos ou inclusão de novos itens por revisão de projetos e especificações.	Alteração nos custos devido à revisão de projeto e especificação emitida pela Contratante	Contratante

### 3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o **Projeto Básico / documentos técnicos** foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, com a emissão da **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)**.

### 4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação foram adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil.

### 5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

- No orçamento da presente obra ou serviço foram juntadas a **Planilha Sintética e a Planilha Analítica**;
- O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias **consta nos autos**;
- Na presente licitação foram utilizadas as **tabelas de referência mais atualizadas**.

### 6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação foram adotadas apenas composições de custos unitários oriundas do SINAPI, sem adaptações.

### 7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

- Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**, ele observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;
- Em relação ao **cronograma físico-financeiro**, ele prevê pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

## 8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação foram juntadas as Curvas ABC relativas aos insumos e aos serviços.

## 9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência **DESONERADOS**, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme planilhas comparativas anexadas aos autos.

## 10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, foram adotados os parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU.

## 11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, **foi adotado o BDI reduzido** sobre os custos dos materiais e equipamentos, observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU.

## 12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro foi juntado aos autos

- Por se tratar de um regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

## 13. PROJETO EXECUTIVO

Foram elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação.

## 14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

### Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA e/ou ao CAU, com base na seguinte **justificativa** técnica:

- Tal exigência cumpre o determinado no inciso II do artigo 62 e inciso I do artigo 67, ambos da lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

## 1. Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação a empresa deverá apresentar pelo menos um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que executou Obras e Serviços Similares ao Objeto da Licitação, em edificações compatíveis, no mínimo, em características e com área de construção igual ou superior a 1.500,00 m<sup>2</sup> (mil e quinhentos metros quadrados). A área mínima exigida está de acordo com a jurisprudência do TCU, no sentido de que a fixação de quantitativo mínimo não deve ser superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, conforme Acórdãos 737/2012 e 827/2014, ambos do Plenário.

A qualificação técnica exigida corresponde a parcela de maior relevância técnica do objeto da pretensa licitação.

- O(s) atestado(s) de capacidade técnica solicitado(s) deverá(ão) comprovar a execução dos seguintes itens de projeto:
  - Execução ou reforma para atendimento a ABNT NBR 9050/2020 em edificações comerciais ou públicas com área de execução igual ou superior a 1.500,00 m<sup>2</sup> (mil e quinhentos metros quadrados).

## 2. Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será **ACEITO** o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

- Os serviços que compõem a reforma para adequação da acessibilidade no Edifício Gama Dias da Justiça Federal de Goiás são destituídos de qualquer tecnologia avançada, com exceção daquelas já amplamente conhecidas pelas empresas e técnicos da área no mercado de trabalho.
  - Isso posto e, segundo defende a jurisprudência do TCU, cabe aceitar o somatório de atestados para atingimento dos quantitativos mínimos dos serviços demandados na capacitação técnico-operacional do licitante (Acórdãos n. 170/2007, 1.631/2007, 727/2009, 1.382/2009, 1.823/2009, 2.783/2009, 3.260/2011, 342/2012, 1.028/2012, 1.231/2012, 1.380/2012, 1.552/2012, 2.869/2012 e 1.391/2014 – Plenário).

### 3. Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

- Para o cargo de **Engenheiro Civil**: serviços de obra ou reforma para atendimento da ABNT NBR 9050/2020, em edificação comercial ou pública, excluídas edificações de barracões e edificações com finalidade habitacional.

### 15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (X) FACULTATIVA ou ( ) OBRIGATÓRIA, e o licitante **PODERÁ** substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte **justificativa** técnica:

- A Lei n. 14.133, de 2021 determina que a o edital de licitação sempre deva prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (art. 63, § 2º). Portanto, a partir da nova regulamentação legal da matéria, não é mais admitida a obrigatoriedade de vistoria prévia. Caso o órgão licitante entenda fundamental o conhecimento das condições próprias do local, poderá exigir apenas que o licitante apresente declaração de que conhece as condições do local.

### 16. SUBCONTRATAÇÃO

A presente licitação **NÃO ADMITE** a subcontratação parcial na presente licitação.

### 17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de 10% por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

- A fixação do percentual se constitui como a atuação discricionária da Administração e tem como prerrogativa legal a determinação de um limite de até de 10% (dez por cento) (art. 69, § 4º da Lei nº 14.133/2021), e é balizado em critérios técnicos. Essa determinação. Por fim, a escolha da percentagem é compatível à realidade do mercado se afigura importante, assim como ao porte das empresas que atuam na área objeto da contratação.

## 18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será **VEDADA** à participação de consórcios, com base na seguinte justificativa:

- A vedação se deve a natureza do objeto, dado os riscos de contratação de empresas sem qualificação para a assunção de encargos além de suas respectivas capacidades técnica, operacional ou econômico-financeira. Esses fatores poderão gerar atraso nas obras como um todo, implicando em grandes prejuízos ao Erário.

## 19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será **VEDADA** a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa:

- Segundo a Súmula 281 do TCU: É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.  
Ademais, a participação de cooperativas só deve ser permitida quando a gestão operacional do serviço puder ser executada de forma compartilhada ou em rodízio, pelos próprios cooperados – e os serviços contratados também deverão ser executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação, sendo assim, deverá ser vedada a participação de cooperativas no certame.

## 20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será **EXIGIDA** a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa:

A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade a ser escolhida pela CONTRATADA, em valor correspondente a 1% (um por cento) do valor total do contrato.

## 21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

- Definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial;



- Verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;
- Verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e
- Verificou o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Janaína das Graças Araújo  
*Engenheira Civil*  
GO80582

Joaquim Paulino da Silva  
*Engenheiro Mecânico*  
GO80569  
*Supervisor da Seeng/GO*